



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006003-12.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Arrolamento Comum - Inventário e Partilha**
 Requerente: **Odair Donizeti Danezzi e outro**
 Requerido: **Durvalino Danezzi**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 03/04.

Estando os autos regulares, **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 03/04, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Deverá o inventariante apresentar o protocolo do ITCMD.

Como as questões relativas à taxas e tributos não se submetem ao crivo judicial nestes atos, após a apresentação do protocolo do ITCMD, pelo inventariante, intime-se o Fisco Estadual para o lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC.

Desnecessária a expedição de formal de partilha, pois não há bens imóveis a ser inventariado.

Como a celebração de acordo é ato incompatível com a vontade de recorrer, nos termos do art. 1.000, do CPC, **fica anotado o trânsito em julgado nesta data**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão. Caso o inventariante requeira a expedição de alvarás, fica desde já deferido, com ressalva de que somente serão expedidos após a manifestação da Fazenda Estadual.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa dos autos no sistema e remeta-se ao arquivo.

P. I. C.

São Carlos, 08 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**